

Daycoval Seguros

2025 RESULTADOS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento aos dispositivos legais e societários vigentes, apresentamos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Daycoval Seguros S.A. ("Companhia") relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.
Em consonância com as melhores práticas empresariais, a Companhia adota a política de Governança Corporativa, visando a manutenção e o aprimoramento das suas estruturas de Controles Internos, Compliance e de Auditoria Interna, as quais buscam, constantemente, a transparência nos padrões mais elevados

de integridade e ética profissional e social. A segurança da informação é preocupação constante para a Companhia. Concomitantemente a essas informações, a Companhia destinou R\$1,2 milhão em Auditorias Internas e Externas até 31 de dezembro de 2025 (R\$472 mil até 31 de dezembro de 2024). Destacamos que a Companhia totalizou um volume prêmio emitido de R\$ 414,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o que representa um crescimento de 29,3% em comparação ao exercício do ano anterior (R\$ 320,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Os Prêmios Ganhos ficaram no montante de R\$ 296,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 298,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). O resultado da Companhia foi de lucro líquido de R\$ 13,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 10,4 milhões de prejuízo líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). O patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 331,3 milhões (R\$ 67,6 milhões no

exercício findo em 31 de dezembro de 2024).
A Companhia, nos investimentos, mantém o foco em liquidez, no equilíbrio e otimização entre risco e retorno. O resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 59,7 milhões, o que representa um crescimento de 183,1% em comparação ao mesmo exercício do ano anterior (R\$ 21,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). O saldo das aplicações financeiras atingiu o montante de R\$ 536,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 211,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A maior parte de sua carteira é composta por títulos públicos, com retornos altamente correlacionados às taxas de juros, uma vez que a maioria dos investimentos está indexada à Selic.
A Companhia continuará operando em seguros no grupo de Garantia e P&C e iniciando o lançamento de novos produtos. A Companhia também quer avançar no mercado de Pessoas Físicas.

Em 8 de janeiro de 2025, após a aprovação do Banco Central, da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), foi formalizada a venda de 100% das ações do capital social da BMG Seguros S.A. a Dayprev Vida e Previdência S.A.. A BMG Seguros, passou a se denominar Daycoval Seguros S.A. O novo braço do Grupo Daycoval focará na oferta de seguros voltados às Pessoas Jurídicas como: seguro garantia, seguro performance e seguro fiança. Agradecemos aos nossos acionistas e parceiros de negócios, pela confiança demonstrada, aos resseguradores por todo o suporte e parceria e aos nossos diretores e colaboradores pelo profissionalismo, esforços e dedicação que possibilitam os resultados alcançados.
São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31.12.2025	31.12.2024	PASSIVO	Notas	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		1.122.348	540.010	CIRCULANTE		687.435	545.002
Disponível	4	5.091	2.780	Contas a pagar		17.436	9.842
Caixa e bancos		5.091	2.780	Obrigações a pagar	12	8.600	2.766
Aplicações	5	536.168	76.703	Impostos e encargos sociais a recolher	13	3.052	3.286
Títulos renda fixa - públicos		530.162	74.520	Encargos trabalhistas	14	2.726	3.585
Quotas de fundos de investimentos		6.006	2.183	Impostos e contribuições	15	3.058	205
Créditos das operações com seguros e resseguros		329.784	215.258	Operações com seguros e resseguros		307.108	209.639
Prêmios a receber	6.1	274.093	193.523	Prêmios a restituir	16.1	2.671	5.705
Operações com seguradoras	6.2	13.278	10.358	Operações com seguradoras	16.2	11.846	11.319
Operações com resseguradoras	6.3	42.413	11.377	Operações com resseguradoras	16.3	221.781	141.579
Outros créditos operacionais	6.4	6.511	7.392	Corretores de seguros e resseguros	16.4	70.810	51.036
Títulos e créditos a receber	8.100	8.100	11.913	Depósitos de terceiros	17	2.923	4.306
Subarrendamentos a receber	7.1	932	788	Provisões técnicas - seguros	18	357.979	319.456
Impostos e contribuições a recuperar	7.2	158	496	Danos		357.979	319.456
Outros créditos	7.3	849	1.574	Passivos de arrendamento	10.2	1.989	1.759
Tributos diferidos	7.4	6.161	9.055	NÃO CIRCULANTE		811.046	628.190
Despesas antecipadas		344	541	Operações com seguros e resseguros		250.423	196.681
Custos de aquisição diferidos	8	71.090	67.807	Operações com seguradoras	16.2	29.795	18.259
Ativos de resseguro	9	165.260	157.616	Operações com resseguradoras	16.3	196.972	160.790
NÃO CIRCULANTE		704.247	700.845	Corretores de seguros e resseguros	16.4	23.656	17.632
Aplicações	5	-	134.690	Provisões técnicas - seguros	18	559.141	428.276
Títulos renda fixa - públicos		-	134.690	Danos		559.141	428.276
Créditos das operações com seguros e resseguros		107.094	76.175	Passivos de arrendamento	10.2	1.482	3.233
Prêmios a receber	6.1	104.338	75.485	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	328.114	67.663
Operações com seguradoras	6.2	2.756	690	Capital social		304.750	43.750
Títulos e créditos a receber	7.1	187.958	150.152	Capital social (em aprovação)		-	11.000
Subarrendamentos a receber	7.1	1.227	2.036	Reserva legal		2.282	1.597
Tributos diferidos	7.4	2.240	984	Reserva estatutária		21.082	11.315
Depósitos judiciais e fiscais	7.5	184.491	147.132	Ajustes de avaliação patrimonial		-	1
Custos de aquisição diferidos	8	96.578	75.343				
Ativos de resseguro	9	302.592	248.623				
Ativos direito de uso	10.1	860	1.622				
Imobilizado	11.1	847	1.307				
Intangível	11.2	8.318	12.933				
TOTAL DO ATIVO		1.826.595	1.240.855	TOTAL DO PASSIVO		1.826.595	1.240.855

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Capital Social (aprovado)	Capital Social (Em aprovação)	Reservas de Lucros		Ajustes TVM	Resultados acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	43.750	-	1.597	19.430	102	-	64.879
Aumento de capital (em aprovação SUSEP)	-	11.000	-	-	-	-	11.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(101)	-	(101)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(10.438)	(10.438)
Reserva estatutária	-	-	-	(10.438)	-	10.438	-
Reversão de dividendos propostos	-	-	-	2.323	-	-	2.323
Saldos em 31 de dezembro de 2024	43.750	11.000	1.597	11.315	1	-	67.663
Aumento de capital portaria 2.508 - 28/04/2025	11.000	(11.000)	-	-	-	-	-
Aumento de capital portaria 2.688 - 04/09/2025	250.000	-	-	-	-	-	250.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.707	13.707
Reserva legal	-	-	685	-	-	(685)	-
Reserva estatutária	-	-	-	9.767	-	(9.767)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(3.255)	(3.255)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	304.750	-	2.282	21.082	-	-	328.114

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 - Contexto operacional: A Daycoval Seguros S.A. (Companhia) foi constituída em 11 de novembro de 2013 e é uma sociedade anônima fechada, autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Tem por objeto social a comercialização de seguros de danos em todo o território nacional, especificamente nos ramos de garantia de obrigações públicas e privadas, global de bancos, ramos elementares e podendo ainda, participar de outras sociedades. Em 05 de setembro de 2024, o Banco Daycoval anunciou a aquisição da BMG Seguros por meio de sua controlada direta, a seguradora Dayprev Vida e Previdência S.A., a aquisição tem por base um valor equivalente a 1,47 vezes o patrimônio líquido da BMG Seguros na data de contratação. Em 8 de janeiro de 2025, após a aprovação do Banco Central (BACEN), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), foi formalizada a venda de 100% das ações do capital social da BMG Seguros à Dayprev. A BMG Seguros, passa a se chamar Daycoval Seguros. O novo braço do Grupo Daycoval focará na oferta de seguros voltados às Pessoas Jurídicas, como: seguro garantia, seguro performance e seguro fiança e Pessoas Físicas, através de produtos de seguro de vida e prestamista.
2 - Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:
2.1 - Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 e alterações posteriores. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros, principalmente pela capacidade financeira de seus acionistas. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da empresa de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base neste princípio. Em 27 de fevereiro de 2026, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, as quais tiveram autorização para sua divulgação a partir desta data.
2.2 - Base de mensuração, apresentação e moeda funcional: As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima e foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

3 - Resumo das principais políticas contábeis:
3.1 - Classificação dos contratos de seguro: Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.
3.2 - Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente.
3.2.1 - Estimativa do valor justo: Os valores justos dos ativos e passivo financeiros são registrados com base em preços de negociação, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos e passivos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:
Nível I - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; **Nível II** - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1. Que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente; **Nível III** - inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs observáveis). Ativos financeiros classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" tem seu valor de mercado baseado no preço unitário informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Já os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.
3.2.2 - Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas: Segundo o pronunciamento CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, civil e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recurso seja necessária para liquidar a obrigação. A Companhia reconhece provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados, quando devidos, são

apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza civil, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados, quando existentes.
3.3 - Novas normas e interpretações:
3.3.1 - Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP.
CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Companhia iniciou o trabalho de avaliação e está analisando os impactos em suas demonstrações financeiras. O CPC 50 ainda não foi recepcionado pela SUSEP.
Lei 15.040/2024 - Lei do Contrato de Seguros: Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Os possíveis impactos da Lei estão sendo avaliados pela Administração.
CPC 26 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (IFRS 18): A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. O CPC está trabalhando na tradução e adaptação da IFRS 18 para o contexto brasileiro, com o objetivo de emitir um novo pronunciamento técnico que a incorpore ao sistema contábil nacional. Espera-se que a nova norma entre em vigor substituindo o CPC 26 (R1).
Lei Complementar nº 214/2025: Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.
3.4 - Instrumentos financeiros:
3.4.1 - Caixa e bancos: Incluem depósitos bancários mantidos em instituições financeiras e são representados por disponibilidades em moeda nacional.
3.4.2 - Ativos financeiros: A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:
I. Mensurados a valor justo por meio do resultado ("mantido para negociação") - São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem;
II. Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes - São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente

("impairment"); e
III. Mensurados ao custo amortizado - Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.
3.4.3 - Empréstimos e recebíveis: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, valores a receber e direitos junto a resseguradores e seguradoras, no caso de coseguro.
3.5 - Crédito das operações: Demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias auferidos até as datas de encerramento dos balanços, combinados com os seguintes aspectos:
• A provisão para recuperação ao valor recuperável de prêmios a receber é constituída para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo é com base em um estudo sobre informações históricas de parcelas a receber, e o seu valor será constituído conforme experiência de recebimentos de parcelas inadimplentes.
• Custos de aquisição diferidos - As despesas de comercialização compreendem as comissões de seguros a pagar para os corretores e são diferidas de acordo com o prazo de vigência das apólices.
• Os ativos de resseguro compreendem: (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores; e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.
3.6 - Redução ao valor recuperável (impairment): A Companhia realiza a análise de recuperabilidade dos seus ativos no mínimo a cada data de fechamento de balanço. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
• Inadimplência ou atrasos do devedor;
• Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo e passivo correspondente. Se um evento subsequente indicar reversão da perda, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável (RvR) de prêmios a receber é constituída para fazer frente face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo é com base em um estudo sobre informações históricas de parcelas a receber, e o seu valor será apurado e constituído mensalmente com base em percentual de risco definido no estudo sobre o saldo de prêmios a receber. A redução ao valor recuperável (RvR) de ativos de resseguro é constituída para fazer frente face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo é com base em um estudo sobre os ratings extraídos de grandes agências de ratings, e o seu valor será apurado e constituído mensalmente com base em percentual de risco definido no estudo sobre os saldos dos ativos de resseguro.
3.7 - Outros valores e bens: Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento. A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadao.ri.estadão.com.br/publicacoes/>

...continuação

Daycoval Seguros S.A. | CNPJ 19.486.258/0001-78

daycovalseguros.com.br

Daycoval Seguros

2025 RESULTADOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e o respectivo passivo são baixados para o resultado. A Companhia aplica as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento. **3.8 - Imobilizado e Intangível:** **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear que levam em consideração a vida útil dos bens e são revisadas anualmente. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas de acordo com a vigência dos contratos. **Intangível:** Registrado os gastos com aquisição e implantação de “*softwares*” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “*softwares*” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. As amortizações são calculadas pelo método linear que levam em consideração a vigência dos contratos e são revisadas anualmente. **3.9 - Benefícios a empregados:** Participação nos lucros: são reconhecidas como despesas de pessoal. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do lucro da empresa ou sua deliberação. Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo tais como planos de saúde, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou baba e seguro de vida são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício a medida em que são incorridos. Benefícios de previdência: O regime financeiro adotado é o de capitalização e o plano é classificado como um plano de contribuição definida. A Companhia patrocina plano de previdência privada em favor dos seus funcionários e diretores, efetuando contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria e pensão, em um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). A Companhia não tem benefícios a longo prazo e/ou baseado em ações. **3.10 - Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP nº 479/2024 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em notas técnicas atuariais - NTA, conforme descritos a seguir: **A provisão de prêmios não ganhos (PPNG)** é constituída pelo valor bruto dos prêmios de seguro retidos correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método “pro rata dia”. As parcelas referentes aos **riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE)** é calculada através de metodologia atuarial própria, baseada na observação do desenvolvimento da carteira apurada através de triângulo de *Run-off*. As **provisões de sinistros a liquidar (PSL) administrativa e judicial** são constituídas com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela **Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR)**, com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros. A **provisão de despesas relacionadas (PDR)** é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A **provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)** é constituída com base em metodologia própria que visa estimar valor suficiente e justo para fazer frente aos sinistros já ocorridos e que, por algum motivo, ainda não tenham sido comunicados à Companhia. **3.11 - Teste de adequação dos passivos:** O TAP (Teste de Adequação dos Passivos) é realizado com objetivo de averiguar eventual insuficiência entre o montante registrado a título de provisões técnicas e as estimativas correntes do fluxo de caixa, considerando as premissas mais realistas observadas na data-base. Foram considerados os fluxos de caixa das obrigações assumidas pela Companhia no cumprimento dos contratos vigentes até a data-base, descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco utilizando-se dos parâmetros da curva prefixada, conforme critérios de estimação, interpolação e extrapolação estabelecidos em conformidade com as normas divulgadas pela SUSEP. As premissas realistas utilizadas baseiam-se, prioritariamente, nos dados históricos advindos das operações da própria Companhia. O teste foi realizado observando-se ainda as determinações da Circular SUSEP nº 678/2022 e alterações posteriores, em linha com o requerido pelo CPC 11. Nos termos dessa norma, foram utilizados dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, consistentes com os registros contábeis da Companhia. Os testes foram realizados por grupo de ramos e os índices de sinistralidade considerados foram: 72,5% para o grupo 1 - Patrimonial, 24,6% para o grupo 3 - Responsabilidade e 8,1% para o grupo 7 - Riscos Financeiros, todos calculados com base no histórico dos prêmios ganhos e dos sinistros e despesas incorridos da Companhia nos últimos 48 meses. Quando identificada insuficiência, registra-se a provisão complementar de cobertura ou realiza-se ajuste nas provisões de sinistros, a depender da origem da insuficiência - sinistros futuros ou sinistros já ocorridos, respectivamente - em contrapartida ao resultado do período. O teste realizado na data-base de 31 de dezembro de 2025 não identificou qualquer insuficiência e, consequentemente, não há necessidade de constituição de qualquer uma das provisões citadas. **3.12 - Avaliação de ativos e passivos:** Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos. **3.13 - Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda, e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os impostos diferidos são aqueles calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, e em consonância com os requerimentos da Circular SUSEP nº 678/2022 e alterações posteriores. **3.14 - Mensuração dos contratos de seguros:** A contabilização dos prêmios de seguros é realizada na data de emissão das apólices ou na data de início de vigência dos riscos para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e resseguro, e as correspondentes despesas/receitas de comercialização são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os prêmios e as comissões de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas (RVNE) são calculadas conforme nota técnica atuarial. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com os contratos firmados com os resseguradores. **3.15 - Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante mensalmente, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários classificados como “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP. **3.16 - Gestão de riscos:** A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez, risco de subscrição, risco operacional e risco socioambiental. A fim de mitigar estes riscos, a Companhia realiza em seu processo de gestão de risco, uma série de políticas e ações necessárias à identificação, avaliação e controle de riscos. A gestão de riscos se dá por meio de políticas e estratégias que são reavaliadas frequentemente, a fim de proteger o resultado da Companhia. O grupo possui controles internos que se destinam, a garantir que essas políticas e estratégias sejam cumpridas de acordo com os objetivos definidos pela Companhia e seus acionistas. Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são: **Risco de liquidez** - O risco de liquidez consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros. Como forma de mitigar esse risco, a Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. O excesso de caixa mantido, é monitorado pela programação financeira. O excedente de caixa é direcionado às aplicações financeiras e em títulos e valores mobiliários, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões. **Risco de mercado** - O risco de mercado consiste na possibilidade de perdas, decorrentes das flutuações do valor dos ativos, dada às oscilações do mercado financeiro. O controle de risco é baseado no modelo VAR (*Value at Risk*), que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira. **Risco de crédito** - O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte. A fim de minimizar o risco de crédito, a totalidade dos ativos garantidores está alocada em títulos públicos federais que são criteriosamente selecionados e monitorados diariamente pela gerência de investimentos. A Companhia tem como política trabalhar com instituições que possuem alto grau de confiabilidade e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico. A Companhia possui uma política de crédito que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de *rating*. **Processo de gestão de risco financeiro** - A gestão de risco dos instrumentos financeiros é conduzida pela gerência de investimentos e é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em

acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado e diversificação dos ativos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Risco de subscrição** - tem responsabilidade de analisar condições e critérios de taxação para aceitação dos negócios propostos, baseando-se em políticas internas e as fixadas pelos órgãos reguladores. Estuda propostas, pedidos de cobertura, averbação, garantias e respectivos endossos, aplicando tarifas, efetuando cálculos de prêmios e estabelecendo prazos de vigência e cobertura para adequá-los aos interesses dos segurados e cumprimento fiel das normas de aceitação da Companhia. **Risco operacional** - fica responsável pela coordenação dos trabalhos de natureza técnica e operacional, conduzindo-os de forma que atenda às diretrizes de governança e segurança, bem como a íntegra aplicação de toda a legislação vigente, sobretudo as normas do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados) e do sistema de controles internos da Companhia. **Risco socioambiental** - Representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente. Os riscos socioambientais associados à nossa atividade são, em sua maioria significativa, indiretos e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os segurados. **3.16.1 - Exposições ao crédito de resseguro:** A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais e adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser escolhidas, o impacto das operações é avaliado regularmente. A Companhia utiliza estratégia de diversificação de riscos no programa de resseguro com resseguradores que tenham *rating* de risco de crédito de alta qualidade. Os valores do quadro abaixo de prêmios cedidos não contemplam RVNE.

Tipo	Agência classificadora	Rating (*)	31.12.2025	31.12.2024
			Prêmio Cedido	Prêmio Cedido
Local	Sem <i>rating</i>	-	5.527	17.939
Local	A. M. Best Company	A-	11.102	-
Local	Standard & Poor's / FITCH	A+	8.100	-
Admitido	Moody's Investors Services	A1	20.632	18.263
Admitido	A. M. Best Company	A	3.188	1.444
Admitido	Standard & Poor's / FITCH	A+	-	(4)
Eventual	A. M. Best Company	A	23.631	1.330
Eventual	A. M. Best Company	A+	41.240	39.574
Eventual	Standard & Poor's / FITCH	BBB+	-	10.139
Eventual	Standard & Poor's / FITCH	A-	1.722	1.401
Eventual	Standard & Poor's / FITCH	A	6.143	5.255
Eventual	Standard & Poor's / FITCH	A+	2.179	1.329
Eventual	Standard & Poor's / FITCH	AA-	30.235	22.812
Total			153.699	119.481

(*) Os dados das agências classificadoras de *rating* foram extraídos do site SUSEP

3.16.2 - Concentração dos riscos: O quadro abaixo demonstra a concentração de risco emitido por região, com base no valor dos prêmios retidos líquidos de RVNE.

Região de operação	Prêmio retido	%	Prêmio retido	%
Centro-Oeste	17.400	6,7	16.817	9,3
Nordeste	18.572	7,2	8.868	4,9
Norte	1.606	0,6	5.531	3,1
Sudeste	183.833	71,3	130.731	72,0
Sul	36.749	14,2	19.372	10,7
Total	258.160	100	181.319	100

3.17 - Análise de sensibilidade: Na presente análise de sensibilidade simulamos como uma elevação e diminuição de 2,5% na taxa de juros Selic, um aumento ou diminuição na frequência das despesas administrativas de 2,5%, bem como um aumento ou diminuição na frequência da sinistralidade de 5%, cujo possível impacto no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados abaixo:

Premissas	Impacto líquido no resultado	
	31.12.2025	31.12.2024
Aumento de 2,5% na frequência de DA	1.060	1.097
Diminuição de 2,5% na frequência de DA	(1.060)	(1.097)
Aumento de 2,5% na aplicação financeira	201	79
Diminuição de 2,5% na aplicação financeira	(201)	(79)
Aumento de 5% na sinistralidade	2.653	3.735
Diminuição de 5% na sinistralidade	(2.653)	(3.735)

4 - Caixa e bancos

	31.12.2025	31.12.2024
Bancos conta movimento	5.091	2.780
Total	5.091	2.780

5 - Aplicações Financeiras

Categoria	Nível de Hierarquia	Vencimento	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor Contábil	%	Valor Contábil	%
Circulante			536.168	100	76.703	36
R - Valor justo por meio do resultado			536.168	100	15.039	7
Fundos de investimentos de renda fixa	II	Sem Vencimento	6.006	1	2.183	1
Notas do Tesouro Nacional	I	15/05/2025	-	-	8.461	4
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2025	-	-	4.395	2
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/03/2026	46.353	9	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2026	55.328	10	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/03/2027	88.923	17	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2027	15.292	3	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/03/2028	11.436	2	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2028	740	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/03/2029	272.490	51	4.395	2
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2029	16.138	3	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/03/2030	9.457	2	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/06/2030	864	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2030	11.143	2	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/12/2030	1.998	-	-	-

II - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Letras Financeiras do Tesouro	I	01/03/2025	-	-	61.664	29
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2025	-	-	29.659	14
Total			-	-	134.690	64

II - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Letras Financeiras do Tesouro	I	01/03/2026	-	-	29.367	14
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2026	-	-	33.789	16
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/03/2027	-	-	56.679	27
Letras Financeiras do Tesouro	I	01/09/2027	-	-	14.855	7
Total das Aplicações			536.168	100	211.393	100

Para títulos classificados na categoria “valor justo por meio do resultado”, a Companhia registrou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, mesmo com vencimentos superiores a um ano, para o Ativo Circulante, conforme determina Circular SUSEP nº 678/2022 e alterações posteriores.

5.1 - Movimentação das aplicações financeiras

Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	66.361	125.235
Aplicação	53.480	163.952
Resgate	(109.076)	(108.472)
Rendimentos	4.274	15.808
Ajuste a valor de mercado	-	(169)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.039	196.354
Aplicação	632.315	29.657
Resgate	(171.537)	(226.010)
Rendimentos	60.387	-
Ajuste a valor de mercado	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	536.168	-

6 - Prêmios a receber: 6.1 - Prêmios a receber

Prêmios a receber seguros	Prêmios RVNE	Redução ao valor recuperável	31.12.2025	
			Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber líquido
Compreensivo empresarial	13.820	-	(13)	13.807
Risco de engenharia	650	-	(82)	568
Responsabilidade civil profissional - E&O	14	-	-	14
Fiança locatícia	182	-	-	182
Garantia segurado - setor público	299.511	53.429	(11.113)	341.827
Garantia segurado - setor privado	22.824	365	(1.156)	22.033
Total	337.001	53.794	(12.364)	378.431
Circulante	232.663	53.794	(12.364)	274.093
Não Circulante	104.338	-	-	104.338

Prêmios a receber seguros	Prêmios RVNE	Redução ao valor recuperável	31.12.2025	
			Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber líquido
Compreensivo empresarial	13.555	-	(101)	13.454
Risco de engenharia	4.357	-	(186)	4.171
Responsabilidade de adm. e dir. - D&O	173	-	(31)	142
Responsabilidade civil profissional - E&O	1.301	-	(9)	1.292
Fiança locatícia	740	-	(2)	738
Garantia segurado - setor público	180.546	47.997	(9.339)	219.204
Garantia segurado - setor privado	25.276	5.344	(613)	30.007
Total	225.948	53.341	(10.281)	269.008
Circulante	150.463	53.341	(10.281)	193.523
Não Circulante	75.485	-	-	75.485

O parcelamento médio com base nas emissões é de 1,5 parcelas para o ramo garantia e 2,6 para demais ramos em 2025 (1,3 parcelas para o ramo garantia e 2,4 para demais ramos em 2024).

6.1.1 - Movimentação de Prêmios a Receber Direto e Cosseguro Aceito

Saldo inicial	269.008	31.12.2025	31.12.2024
(+) Prêmios emitidos		560.120	485.916
(+) IOF		5.374	6.377
(-) Prêmios cancelados e restituídos		(151.811)	(148.551)
(-) Recebimentos		(302.630)	(338.449)
RVNE		453	(8.189)
Redução ao valor recuperável		(2.083)	4.946
Total		378.431	269.008

Saldo inicial	(10.281)	31.12.2025	31.12.2024
Constituições		(6.970)	(5.317)
Reversões e baixas		4.887	10.263
Total		(12.364)	(10.281)

Valores brutos de resseguros, cosseguros e comissões.

6.1.3 - Aging Prêmios a Receber	31.12.2025	31.12.2024
A Vencer	315.037	200.484
Vencidos de 1 a 30 dias	3.194	6.085
Vencidos de 31 a 60 dias	2.780	4.774
Vencidos de 61 a 120 dias	937	4.277
Vencidos de 121 a 180 dias	4.754	2.319
Vencidos de 181 a 365 dias	4.440	4.696
Vencidos acima de 365 dias	5.859	3.313
Total	337.001	225.948

6.2 - Operações com seguradoras	Curto Prazo	Longo Prazo	31.12.2025	31.12.2024
Prêmios de cosseguro aceito	8.753	-	8.753	7.721
Restituição de cosseguro cedido	958	-	958	160
Sinistros pagos a recuperar de cosseguro cedido	1.260	-	1.260	745
Comissão de cosseguro cedido	2.307	2.756	5.063	690
Total	13.278	2.756	16.034	11.048

6.3 - Operações com resseguradoras	Sinistros			Sinistros		
	Pagos	RvR	31.12.2025	Pagos	RvR	31.12.2024
Compreensivo empresarial	25.926	(14)	25.912	5.005	(2)	5.003
Risco de engenharia	3.590	(1)	3.589	234	-	234
Responsabilidade civil profissional - E&O	716	-	716	84	-	84
Garantia segurado - setor público	7.400	(5)	7.395	1.590	(1)	1.589
Garantia segurado - setor privado	4.683	(3)	4.680	4.469	(2)	4.467
Demais	121	-	121	-	-	-
	42.436	(23)	42.413	11.382	(5)	11.377

...continuação

Daycoval Seguros S.A. | CNPJ 19.486.258/0001-78

daycovalseguros.com.br

Daycoval Seguros

2025 RESULTADOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7.4.1 - Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias						
Ano de realização			Previsão de realização			
2026			7.143			
2027			1.258			
Total			8.401			
7.5 - Depósitos Judiciais e Fiscais						
Depósitos	Principal	Atualização		Principal	Atualização	
		monetária	31.12.2025		monetária	31.12.2024
Cíveis	133.244	51.247	184.491	133.244	13.888	147.132
	133.244	51.247	184.491	133.244	13.888	147.132

O valor supracitado corresponde a depósito judicial em garantia realizado pela Daycoval Seguros ("Daycoval") nos autos do processo nº 001423-74.2010.4.02.5101 realizado em novembro de 2022, com a Companhia obtendo antecipação das resseguradoras no montante de R\$ 106,5 milhões e da congênera (cosseguradora) no montante de R\$ 13 milhões, conforme divulgado nas notas explicativas 17.2 e 17.3. O processo tramita perante a 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, e são partes autora Tomador, com apólice vigente na Daycoval e ré a Fazenda Nacional ("Fazenda"), e na qual se busca, em suma, a declaração do direito de recalcular as alíquotas do SAT/RAT. Foi proferida sentença de improcedência em desfavor do Tomador, que interpôs recurso de apelação recebido no efeito suspensivo. Ao longo do processo, o Tomador pleiteou a substituição do valor que se encontrava depositado nos autos em garantia no montante de R\$ 129.182 por apólice de seguro garantia judicial, o que restou deferido no âmbito de Tutela Provisória junto ao Superior Tribunal de Justiça ("STJ"). Com isto, o Tomador apresentou a apólice emitida e endossada pela Daycoval (que prevê cosseguro de 10%), e levantou o referido valor que se encontrava depositado nos autos. Logo após, referida decisão foi revogada por um Ministro do STJ, onde determinou que fosse restabelecido o depósito judicial em dinheiro. O Tomador não procedeu com tal determinação e o Ministro ordenou a liquidação da apólice e intimou a Daycoval a realizar tal depósito, sob as penas da lei. Diante disto, a Daycoval procedeu ao depósito de R\$ 133.244 (valor corrigido e atualizado até a data do depósito) nos autos, a título de garantia e, considerando o equívoco da decisão, a Daycoval interpôs os recursos e medidas cabíveis perante o STJ visando a reversão da decisão e posterior levantamento do referido depósito. Em setembro/2025, foi proferida pelo STJ decisão desfavorável aos recursos da Daycoval, de forma que o depósito realizado em garantia foi convertido para pagamento. Atualmente, aguarda-se a determinação do levantamento do valor depositado nos autos de cumprimento de sentença. A Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus advogados externos, avaliou que o desfecho (probabilidade de perda) do referido processo é provável e classificou contabilmente a referida operação de acordo com a prática contábil de provisões técnicas (nota explicativa 3.10). Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a probabilidade de perda estava classificada como possível, de acordo com os registros contábeis nas rubricas de Sinistros Ocorridos, no montante de R\$ 61.252 (liquido de cosseguro cedido) e Resultados com Resseguro no montante de R\$ 56.568 e suas respectivas contrapartidas nas contas patrimoniais. Nesse contexto o resultado, líquido de impostos, em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.810. Em 2024, mudou a classificação da probabilidade de perda para provável e foi registrado complemento da provisão da PSL, nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, com os registros contábeis nas rubricas de Sinistros Ocorridos, no montante de R\$ 71.167 (líquido de cosseguro cedido) e Resultados com Resseguro no montante de R\$ 71.167 e suas respectivas contrapartidas nas contas patrimoniais, conforme divulgados nas notas explicativas 9 e 18. Além disso, se fez necessário realizar o registro de R\$ 4.696 a título de prêmio de reintegração do contrato de resseguro. Nesse contexto o resultado, líquido de impostos, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.818. Em 2025 foi realizado apenas atualização monetária, dessa forma, os saldos são de R\$ 184.491 (Bruto), R\$18.449 (Cosseguro Cedido) e R\$ 164.442 (Resseguro).

8 - Custos de aquisição diferidos: Os custos de aquisição diferidos (DAC), em sua totalidade, correspondem às comissões de corretagem de seguros sobre riscos vigentes emitidos e riscos vigentes não emitidos (RVNE) e das despesas administrativas relacionadas diretamente à operação de seguros. O diferimento é calculado da mesma forma que a PPNG, ou seja, são diferidos linearmente pelo método "pro rata" em base na vigência da apólice e são separados entre circulante e não circulante.

8.1 - Detalhamento por ramo

	31.12.2025		
	DAC - Direto	DAC - Cosseguro Aceito	Total
Compreensivo empresarial	2.849	45	2.894
Risco de engenharia	1.725	40	1.765
Responsabilidade civil profissional - E&O	1.281	-	1.281
Garantia segurado - setor público	131.925	13.630	145.555
Garantia segurado - setor privado	8.174	7.194	15.368
Demais	805	-	805
Total	146.759	20.909	167.668
Circulante	62.095	8.995	71.090
Não circulante	84.664	11.914	96.578

	31.12.2024		
	DAC - Direto	DAC - Cosseguro Aceito	Total
Compreensivo empresarial	1.890	54	1.944
Risco de engenharia	3.857	103	3.960
Responsabilidade civil profissional - E&O	2.257	10	2.267
Garantia segurado - setor público	106.329	9.019	115.348
Garantia segurado - setor privado	9.889	8.774	18.663
Demais	916	52	968
Total	125.138	18.012	143.150
Circulante	60.872	6.935	67.807
Não circulante	64.266	11.077	75.343

	Constituição/		Constituição/	
	31.12.2023	(Reversão)	31.12.2024	(Reversão)
Compreensivo empresarial	1.434	510	1.944	950
Risco de engenharia	3.164	796	3.960	(2.195)
Responsabilidade civil profissional - E&O	1.574	693	2.267	(986)
Garantia segurado - setor público	106.231	9.117	115.348	30.207
Garantia segurado - setor privado	19.218	(555)	18.663	(3.295)
Demais	738	230	968	(163)
Total	132.359	10.791	143.150	24.518

9 - Ativos de resseguro

	31.12.2025			
	Prêmio diferido	Comissão diferida	Provisão de sinistros a liquidar	IBNR-Sinistros ocorridos e não avisados
Ativos de Resseguro				
Compreensivo empresarial	23.881	(1.633)	6.706	4.706
Risco de engenharia	2.863	(660)	6.657	1.345
Responsabilidade civil profissional - E&O	2.012	(603)	1.592	-
Garantia segurado - setor público	392.067	(170.579)	171.233	2.009
Garantia segurado - setor privado	38.195	(17.280)	4.149	573
Demais	1.087	(490)	22	-
Total	460.105	(191.245)	190.359	8.633
Circulante	211.163	(79.598)	25.062	8.633
Não Circulante	248.942	(111.647)	165.297	-

	31.12.2024			
	Prêmio diferido	Comissão diferida	Provisão de sinistros a liquidar	IBNR-Sinistros ocorridos e não avisados
Ativos de Resseguro				
Compreensivo empresarial	21.708	(1.351)	7.664	3.024
Risco de engenharia	8.659	(1.609)	5.626	793
Responsabilidade civil profissional - E&O	3.726	(1.118)	214	-
Garantia segurado - setor público	336.336	(147.577)	138.785	2.546
Garantia segurado - setor privado	45.133	(20.441)	2.658	714
Demais	1.316	(567)	-	-
Total	416.878	(172.663)	154.947	7.077
Circulante	205.188	(77.920)	23.271	7.077
Não Circulante	211.690	(94.743)	131.676	-

10 - Arrendamentos: 10.1 - Ativos Direito de Uso: Os ativos de direito de uso referem-se a locações de imóveis de terceiros para a condução dos negócios da Companhia.

	Ativos Direito de Uso		
	Depreciação acumulada	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.944	(3.399)	3.545
Depreciação	-	(804)	(804)
Reavaliação de contratos	744	-	744
Constituição	(3.340)	-	(3.340)
Baixa	2.670	(1.193)	1.477
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.018	(5.396)	1.622
Depreciação	-	(831)	(831)
Reavaliação de contratos	69	-	69
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.087	(6.227)	860

10.2 - Passivos de Arrendamento: Deve-se aos passivos de arrendamentos, mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim dos contratos, calculados através de uma taxa incremental de financiamento.

	31.12.2025		
	Passivo de Arrendamento	Juros a Apropriar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.466	(474)	4.992
Apropriação de juros financeiros	-	302	302
Reavaliação de contratos	252	(23)	229
Pagamentos do aluguel	(2.052)	-	(2.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.666	(195)	3.471
Circulante	2.140	(151)	1.989
Não Circulante	1.526	(44)	1.482

	31.12.2024		
	Passivo de Arrendamento	Juros a Apropriar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.644	(793)	5.851
Apropriação de juros financeiros	-	406	406
Reavaliação de contratos	831	(87)	744
Pagamentos do aluguel	(2.009)	-	(2.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.466	(474)	4.992
Circulante	2.046	(287)	1.759
Não Circulante	3.420	(187)	3.233

11 - Imobilizado e Intangível: 11.1 - Imobilizado

	31.12.2025			
	Taxa anual de depreciação	Valor de custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Hardware	20%	1.907	(1.403)	504
Móveis, máquinas e utensílios	10%	245	(166)	79
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	1.039	(775)	264
Total		3.191	(2.344)	847

	31.12.2024			
	Taxa anual de depreciação	Valor de custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Hardware	20%	1.907	(1.077)	830
Móveis, máquinas e utensílios	10%	245	(143)	102
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	1.039	(664)	375
Total		3.191	(1.884)	1.307

11.2 - Intangível

	31.12.2025			
	Taxa anual de amortização	Valor de custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Licenças de softwares	20%	33.485	(25.167)	8.318
Total		33.485	(25.167)	8.318

	31.12.2024			
	Taxa anual de amortização	Valor de custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Licenças de softwares	20%	33.485	(20.552)	12.933
Total		33.485	(20.552)	12.933

11.3 - Movimentação Imobilizado e Intangível

	31.12.2025		31.12.2024	
	Imobilizado	Intangível	Imobilizado	Intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.812	21.360	-	2.122
Aquisição	-	2.122	-	-
Depreciação/Amortização	(505)	(10.549)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.307	12.933	-	-
Depreciação/Amortização	(460)	(4.615)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	847	8.318	-	-

A partir de 2024, a Companhia passou a contabilizar diretamente no resultado as novas aquisições de intangíveis. Além disso, realizou amortizações aceleradas em projetos ativados em anos anteriores, totalizando R\$ 2,3 milhões no resultado de 2024.

12 - Obrigações a pagar

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores	2.886	2.766
Dividendos a pagar	3.255	-
Gratificações e participações sobre os resultados	2.459	-
Total	8.600	2.766

13 - Impostos e encargos sociais a recolher

	31.12.2025		31.12.2024	
	Imposto de renda retido na fonte	1.093	858	
Contribuições previdenciárias	450	636	-	-
ISS retido a recolher	101	83	-	-
FGTS	301	239	-	-
PIS/COFINS e CSLL de terceiros	76	65	-	-
IOF sobre prêmios	1.031	1.405	-	-
Total	3.052	3.286	-	-

14 - Férias e Encargos trabalhistas

	31.12.2025		31.12.2024	
	Provisão de férias e encargos	2.726	3.585	
Total	2.726	3.585	-	-

15 - Impostos e contribuições

	31.12.2025		31.12.2024	
	IRPJ	1.306	-	-
CSLL	805	-	-	-
COFINS	815	176	-	-
PIS	132	26	-	-
Total	3.058	205	-	-

16 - Operações com seguros e resseguros: 16.1 - Prêmios a restituir

	31.12.2025			31.12.2024		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Garantia segurado - setor público	1.010	-	1.010	852	-	852
Garantia segurado - setor privado	518	-	518	583	-	583
Demais	8.736	29.795	38.531	8.348	18.259	26.607
Total	1.558	-	1.558	1.481	-	1.481
Demais	24	-	24	55	-	55
Total	11.846	29.795	41.641	11.319	18.259	29.578

16.2 - Operações com seguradoras

	31.12.2025			31.12.2024		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Compreensivo empresarial	24.291	-	24.291	5.591	-	5.591
Risco de engenharia	11.670	-	11.670	9.299	-	9.299
Responsabilidade civil profissional - E&O	1.655	-	1.655	2.319	-	2.319
Garantia segurado - setor público	135.468	191.058	326.526	78.194	153.031	231.225
Garantia segurado - setor privado	48.169	5.914	54.083	45.601	7.759	53.360
Demais	528	-	528	575	-	575
Total	221.781	196.972	418.753	141.579	160.790	302.369

16.3 - Operações com resseguradoras

	31.12.2025			31.12.2024		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Compreensivo empresarial	24.291	-	24.291	5.591	-	5.591
Risco de engenharia	11.670	-	11.670	9.299	-	9.299
Responsabilidade civil profissional - E&O	1.655	-	1.655	2.319	-	2.319
Garantia segurado - setor público	135.468	191.058	326.526	78.194	153.031	231.225
Garantia segurado - setor privado	48.169	5.914	54.083	45.601	7.759	53.360
Demais	528	-	528	575	-	575
Total	221.781	196.972	418.753	141.579	160.790	302.369

16.4 - Corretores de seguros e resseguros

DaycovalSeguros

RESULTADOS2025

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20.4 - Patrimônio líquido ajustado: Nos termos da Resolução CNSP nº 479/2024, a Companhia deve apresentar mensalmente, quando do fechamento dos balancetes mensais, patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR).

	31.12.2025	31.12.2024
a) Patrimônio líquido	328.114	67.663
b) Ajustes contábeis (c + d + e + f + g)	(35.332)	(29.005)
c) Despesas antecipadas	(344)	(541)
d) Ativos intangíveis	(8.318)	(12.933)
e) Créditos tributários prejuízos fiscais	(4.207)	(7.784)
f) Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(20.924)	(5.401)
g) CAD não diretamente relacionados à PPNG	(1.539)	(2.346)
h) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	33.645	18.163
i) PLA de nível 1 (a + b - k)	283.326	31.676
j) PLA de nível 2	33.645	18.163
k) PLA de nível 3	9.456	6.982
l) Ajuste de Excesso de PLA de nível 2 e 3 e PLA de nível 3	(11.581)	(1.871)
PLA - Patrimônio Líquido Ajustado (i + j + k + l)	314.846	54.950
21 - Adequação de capital		

	31.12.2025	31.12.2024
Capital Base (CB) - I	8.100	8.100
Capital adicional baseado no risco de subscrição	42.038	28.815
Capital adicional baseado no risco de crédito	25.285	20.940
Capital adicional baseado no risco operacional	3.760	3.066
Capital adicional baseado no risco de mercado	1.282	721
Benefício da correlação entre risco	(9.324)	(6.995)
Capital de Risco (CR) - II	63.041	46.547
Capital mínimo requerido (CMR) maior entre (I) e (II)	63.041	46.547
Suficiência de capital (PLA x CMR) deve ser maior que 0	314.846	8.409
Suficiência de capital (PLA x CMR) % deve ser > 0%	399%	18%

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta liquidez de 399% equivalente a R\$314.846 (18% equivalente a R\$8.409 em 31 de dezembro de 2024).

	31.12.2025	31.12.2024
22 - Detalhamento das contas de resultado		
a - Ramos de atuação		
	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)
Compreensivo empresarial	50.176	92
Riscos de engenharia	11.968	118
Responsabilidade de adm. e dir. - D&O	478	66
Responsabilidade civil profissional - E&O	5.385	89
Fiança locatícia	1.152	6
Garantia segurado - setor público	190.502	7
Garantia segurado - setor privado	37.215	26
Total	296.877	30
	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)
Compreensivo empresarial	37.726	88
Riscos de engenharia	16.743	70
Responsabilidade de adm. e dir. - D&O	1.489	-
Responsabilidade civil profissional - E&O	7.068	13
Fiança locatícia	919	-
Garantia segurado - setor público	190.429	39
Garantia segurado - setor privado	44.403	36
Demais	127	-
Total	298.904	45

	31.12.2025	31.12.2024
b - Sinistros ocorridos		
	Indeni-zação Avisada	Ressar-cimento
Compreensivo empresarial	(37.988)	3
Risco de engenharia	(10.657)	-
Responsabilidade civil profissional - E&O	(4.814)	-
Garantia segurado - setor público	(11.695)	135
Garantia segurado - setor privado	(9.519)	257
Demais	(409)	25
Total	(75.082)	420
	Indeni-zação Avisada	Ressar-cimento
Compreensivo empresarial	(27.735)	-
Risco de engenharia	(9.702)	-
Responsabilidade civil profissional - E&O	(931)	-
Garantia segurado - setor público	(73.164)	854
Garantia segurado - setor privado	(15.454)	180
Total	(126.986)	1.034

	31.12.2025	31.12.2024
c - Custo de aquisição		
Comissão sobre prêmio emitido direto	(89.686)	(75.506)
Comissão sobre prêmio emitido cosseguro aceito	(10.565)	(6.600)
RVNE comissão	379	1.740
Recuperação comissão sobre prêmio cosseguro cedido	4.220	1.861
Comissão diferida sobre prêmio emitido direto	21.166	9.272
Comissão diferida sobre prêmio emitido cosseguro aceito	3.197	399
RVNE comissão diferida	964	(1.226)
Total	(70.325)	(70.060)

	31.12.2025	31.12.2024
d - Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas com operações de seguros	1.866	-
Despesas com cobrança	(175)	(93)
Provisão para redução ao valor recuperável - RVR	(991)	(13)
Outras despesas com operações de seguros	(5.164)	(7.466)
Custo despesas consórcio DPVAT	(548)	(131)
Total	(5.012)	(7.703)
e - Resultado com resseguro		
Prêmio de resseguro cedido líquido	(153.975)	(144.391)
Recuperação de sinistros (i)	39.141	95.628
Variação da PPNG de Resseguro	24.645	11.078
Variação da Provisão IBNR de Resseguro	2.947	3.068
Total	(87.242)	(34.617)
(i) a variação significativa é relacionada a PSL Judicial, conforme a nota explicativa 7.5.		
f - Despesas administrativas		
Despesas com pessoal	(43.884)	(43.350)
Despesas com serviços de terceiros	(16.929)	(19.101)
Despesas com localização e funcionamento	(8.667)	(14.704)
Despesas com publicidade e propaganda	(531)	(1.351)
Outras despesas administrativas	(623)	(1.304)
Total	(70.634)	(79.810)

	31.12.2025	31.12.2024
g - Despesas com tributos		
COFINS	(7.054)	(6.004)
PIS	(1.146)	(976)
Outras	(1.317)	(1.419)
Total	(9.517)	(8.399)
h - Resultado financeiro		
	31.12.2025	31.12.2024
Receita Financeira	136.479	42.188
Título de renda fixa - público	59.769	19.711
Fundo de investimento	618	857
Atualização de depósitos judiciais (i)	37.360	6.698
Atualização monetária de sinistros judiciais (i)	37.359	13.888
Outras receitas financeiras	1.373	1.034
Despesa Financeira	(76.819)	(21.111)
Impostos s/ operação financeira	(1.014)	(585)
Atualização de depósitos judiciais (i)	(38.254)	(6.221)
Atualização monetária de sinistros judiciais (i)	(37.359)	(13.888)
Outras despesas financeiras	(192)	(417)
Total	59.660	21.077
(i) a variação significativa é relacionada a PSL Judicial e Depósito Judicial, conforme a nota explicativa 7.5.		
23 - Imposto de renda e contribuição social: O IRPJ e CSLL correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável. O IRPJ é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R\$ 240 mil anuais. A CSLL é calculada à alíquota de 15%. O montante dos tributos registrados no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 6.837 (R\$ 3.965 de recuperação em 31 de dezembro de 2024) para o IRPJ e o valor de R\$ 4.039 (R\$ 2.379 de recuperação em 31 de dezembro de 2024) para a CSLL.		

	31.12.2025	31.12.2024
IRPJ	25.379	25.379
CSLL	25.379	25.379
Total	(16.783)	(16.783)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		
(-) Participações dos resultados	(796)	(796)
Resultado base para cálculo dos impostos	24.583	24.583
Ajustes permanentes	3.384	3.384
Ajustes temporários	3.140	3.140
Base de cálculo do IRPJ e CSLL antes das compensações	31.107	31.107
Compensação de prejuízos fiscais	(9.332)	(9.332)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	21.775	21.775
Alíquota de 15% IRPJ mais 10% de adicional federal e 15% para CSLL	(5.420)	(3.266)
Incentivo fiscal	131	-
Resultado de créditos tributários sobre ajustes temporários, prejuízo fiscal e base negativa	(1.548)	(773)
Total de IRPJ e CSLL	(6.837)	(4.039)
Alíquota efetiva	0,44	0,38

24. Benefícios a empregados: A Companhia possui benefícios a empregados, sem as características de obrigações pós-emprego. O regime financeiro adotado é o de capitalização e o plano é classificado como um plano de contribuição definida. A Companhia patrocina plano de previdência privada em favor dos seus funcionários e diretores, efetuando contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria e pensão, em um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), totalizando R\$ 311 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 330 em 31 de dezembro de 2024). O compromisso da Companhia limita-se a realizar os aportes mensais calculados com base em percentuais sobre a folha de pagamento.

Jorge Lauriano Nicolai Sant'Anna Diretor Executivo Presidente	Renata Oliver Coutinho Diretora Executiva	Morris Dayan Diretor Administrativo Financeiro	Rodrigo Chunques Moreira Diretor Executivo	Paollo Beccaro Ribeiro Diretor Executivo	Leonardo da Silva Ramos Contador - CRC-1SP335972/0-4	Clayton Lafaiety Rodrigues Prates Atuário - MBA nº 2695
---	---	--	--	--	--	---

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **Daycoval Seguros S.A.**
São Paulo - SP

Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Daycoval Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração: A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores atuariais independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Com-

panhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, para planejar procedimentos

de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referidas, em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seu exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2385



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Daycoval Seguros S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Daycoval Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Daycoval Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 21 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP

e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e a avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para

determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/0-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/0 5



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>